

Chapter Title: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRÁXIS CRIATIVA DO FEMINISMO APORTES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MATERIALISTA, SITUADA E EMANCIPATÓRIA
Chapter Author(s): Maria Betânia Ávila and Verônica Ferreira

Book Title: Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina
Book Author(s): Alba Carosio, Magdalena Valdivieso Ide, Montserrat Sagot Rodríguez, Ana Silvia Monzón, Alicia Girón, Eugenia Correa, Elisa Alejandra Valdivieso Ide, Susana Rostagnol, Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira, Norma Vasallo Barrueta, Alejandra Arroyo Martínez Sotomayor, Laiany Rose Souza Santos, Josefa de Lisboa Santos and Lucy Ketterer Romero

Book Editor(s): Montserrat Sagot Rodríguez

Published by: CLACSO. (2017)

Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv253f52b.11>

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <https://www.jstor.org/terms>. This book is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY-NC-SA 3.0 US). To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>.



CLACSO is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina*

Maria Betânia Ávila* e Verônica Ferreira**

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRÁXIS CRIATIVA DO FEMINISMO

APORTES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MATERIALISTA, SITUADA E EMANCIPATÓRIA

SITUANDO NOSSA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Neste texto, trataremos de algumas questões trazidas pelo feminismo para o debate sobre metodologia de pesquisa nas Ciências Sociais, a partir da abordagem crítica que considera os sujeitos nas relações sociais, a articulação entre dimensão objetiva e subjetiva, a relação entre cotidiano e história e a perspectiva de um conhecimento materialista, situado e emancipatório.

Começemos por nos situar. Somos integrantes de um coletivo político-profissional feminista, fundado no início dos anos 1980, uma instituição forjada no movimento feminista: o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Esse coletivo, do nosso ponto de vista, rompeu com a cisão entre espaço de militância e espaço de trabalho.

Essa relação passou a fazer parte da metodologia de trabalho interna à sua organização, na qual o tempo/espaço da militância não se confunde com o tempo/espaço do trabalho profissional, tendo os objetivos institucionais como eixos articuladores da relação entre

* Doutora em Sociologia e Pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.

** Doutoranda em Serviço Social (UFPE) e Pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.

estes dois tempos, através de uma práxis na qual está incluída a produção de conhecimento, a educação popular feminista, a comunicação e a ação política. A sua criação está relacionada ao que diz Françoise Collin, ao afirmar que “as práticas políticas produziram também novas instituições” (Collin, 1988: 13) e que “a prática política do movimento feminista se desenvolveu ao mesmo tempo a partir de terrenos não institucionais e sobretudo no quadro de novas formas de organização”.

Nesse coletivo de trabalho e militância, a pesquisa é desenvolvida com o fim de contribuir para o projeto emancipatório do feminismo e tem, portanto, como prioridade o conhecimento a partir da realidade dos sujeitos inseridos em relações sociais de classe, raça e sexo, contribuindo dessa forma para o desvendamento crítico das formas de apropriação, dominação e exploração inerentes a essas relações e as resistências e antagonismos que formam as tensões do campo social (Kergoat, 1986).

É a perspectiva de emancipação que inspira a formulação das questões, os problemas abordados, mas também os métodos com os quais se busca estudá-los. Na nossa metodologia, o que estamos construindo como projeto de pesquisa –projeto aqui pensado como algo a longo prazo– está ligado à sustentação das práticas de educação popular feminista e de comunicação (entendida como diálogo público e enfrentamento de controvérsias) e de ação política.

A produção do conhecimento é uma dimensão central na *práxis* feminista e, poderíamos dizer, que se realiza em relação dialética com a militância política, sendo, ela própria, parte da ação contra-hegemônica na produção do saber. A produção do conhecimento é realizada, portanto, como uma prática coletiva de resistência e subversão. Ela é própria da constituição do feminismo como um movimento de autoemancipação das mulheres e de sua construção histórica, processo no qual “as oprimidas não somente lutam por sua liberação, como também a definem” (Delphy, 2004).

O pertencimento político é muitas vezes interpretado como um viés *a priori* de qualquer prática de produção de conhecimento. O que nos leva a interrogar onde está a neutralidade do sujeito produtor de conhecimento e se ela existe. Se existe, se ela exige uma neutralidade política, e por fim, se não é a metodologia e dentro dela o referencial teórico que vão capacitar um trabalho de pesquisa, e se a escolha desse instrumental já não está determinada por uma tomada de posição dentro de um mar de teorias. Harding, questionando justamente a existência de uma neutralidade na produção do conhecimento científico e criticando as vozes que se enunciam como as “vozes universais”, defende que essas vozes “emergem de uma tradição histórica particular”

(Harding, 1995) e estão situadas em um determinado contexto, que é o Ocidente.

Uma vez que uma questão se configura como um problema de pesquisa empírica ou teórica, o processo de produção de conhecimento tem sua própria dinâmica. Mas a formulação de novas questões ou novas abordagens de velhas questões não estão dissociadas da irrupção social que acontece a partir da prática política dos movimentos sociais que rompem com as evidências justificadoras da ordem social vigente e revelam as desigualdades sociais presentes na realidade e naturalizadas pelos instrumentos de dominação ideológica como parte de uma “normalidade”, a quais no entanto se reproduzem cotidianamente através de relações conflitivas de exploração, dominação e apropriação.

O movimento feminista contemporâneo levou e leva de maneira persistente a crítica a qualquer forma de naturalização das desigualdades sociais que afetam as mulheres. Quando um movimento social afirma que há opressão e exploração e propõe a transformação dessas relações, a partir daí a dimensão sócio-histórica do problema foi estabelecida.

Ao trazer as questões relativas à desigualdade das mulheres para a esfera política trouxe também um desafio para novas leituras da realidade, as quais deveriam incorporar a presença das mulheres como sujeitos das relações sociais. As teóricas feministas no campo das Ciências Sociais têm realizado um longo e persistente trabalho crítico sobre uma teoria social que nas suas diversas correntes foi por tradição centrada na experiência dos homens como base empírica para sua formulação, tendo os próprios homens como sujeitos hegemônicos do conhecimento. Neste sentido a crítica é válida para todas as matrizes teóricas, mesmo que seja sempre possível para a produção de conhecimento feminista resgatar uma maior aproximação ou mesmo se situar dentro de uma ou outra corrente. O feminismo como movimento político e pensamento crítico nasce, portanto, questionando a teoria social e se instituindo como um sujeito de elaboração de conceitos, metodologias e análises desse campo teórico.

APORTES CONCEITUAIS PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA FEMINISTA

Consideramos que há uma grande e sempre renovada pluralidade no movimento feminista. Conforme afirma Canavae,

el rasgo más sobresaliente de los grupos organizados de mujeres, feministas o no, en América Latina es, desde su formación, su heterogeneidad: su composición sócio-económica, ideológica, cultural, racial, étnica y política;

con el tiempo, estos rasgos se han complejizado en una continua interacción con los contextos nacionales e internacionales, reafirmando su diversidad. Por ello, es poco probable hacer una descripción ‘universal’ del movimiento y aunque se han intentado varias maneras de abordar su definición, siempre hay algo faltante en cada esfuerzo. (Canavae, 2009)

Esse movimento se faz e refaz permanente e dialeticamente, uma vez que entendemos que um movimento político é sempre uma *práxis* –um agir que se ancora em um trabalho constante de construção do pensamento e da ação–. O feminismo como pensamento crítico tem criado novas práticas e novos espaços de produção do conhecimento e mantém-se permanentemente interpelando o que tem sido chamado de fundamentos da teoria social, forjando novas questões e aportes. O movimento feminista como qualquer outro projeto político, necessita de uma produção de conhecimento empírico e de uma teoria, ou teorias, que lhe dê sustentação, legitimidade, ilumine as estratégias e responda aos desafios e contradições do seu tempo histórico.

O feminismo colocou vários problemas que em um determinado momento eram problemas das mulheres, para que no processo de conhecimento houvesse dois movimentos: uma abordagem desses problemas como objetos de estudo e a construção de conceitos e categorias analíticas para tratar desses objetos como problemas das relações sociais. Nesse movimento, novos objetos de estudos se cruzam com novas formas de tratar antigos problemas.

As feministas foram chamadas a explicar a subordinação das mulheres. A primeira etapa da reflexão feminista é marcada pela constituição das mulheres como objeto de pesquisa. Tratava-se de chamar a atenção para as ‘esquecidas’ do saber, de legitimar sua realidade, de lhe dar um lugar próprio, ou melhor, de definir sua especificidade. (Collin, 1988: 17)

A produção do conhecimento avança a partir das questões trazidas pela pluralidade dos sujeitos; podemos citar, nesse sentido, as questões levantadas pelo feminismo das mulheres das classes trabalhadoras, pelo feminismo negro, pelo feminismo lésbico e pelas teorias pós e descoloniais na América Latina. Conforme afirma Sueli Carneiro, “desde esta perspectiva, la lucha de las mujeres negras contra la opresión de género y de raza propone diseñar nuevos contornos para la acción política feminista y anti-racista, enriqueciendo tanto la discusión de la cuestión racial, como también la cuestión de género” (Carneiro, 2005: 23). Na produção do pensamento crítico feminista há sempre um resgate do que já foi elaborado –e que resta, muitas vezes, invisibilizado em determinados contextos– levando a reestruturações

ou a novas elaborações a partir das interpelações trazidas pelos movimentos do real.

A pluralidade do movimento social coloca como desafio para a pesquisa a criação de metodologias que considerem a “consustancialidade” e a “coexistência” das relações sociais. Essa abordagem necessária para uma apreensão dos movimentos do real, se coloca também como um contraponto a outras perspectivas epistemológicas que concebem a sociedade como uma soma de grupos ou indivíduos e em decorrência concebem a pluralidade das expressões políticas nos movimentos como representações de identidades fragmentadas, ou ainda contra as visões que reafirmam a permanência de um sujeito único da história como também contra aquelas que afirmam a morte do sujeito. Tratar a pluralidade do movimento como um aglomerado de identidades sem considerar que a formação de identidades diversas tem como base material os processos de revolta ou contestação e a insurgência contra as relações sociais de apropriação, dominação e exploração.

Nesse sentido, consideramos fundamental para a perspectiva crítica na qual nos inserimos a abordagem ancorada nos conceitos de consustancialidade e coextensividade das relações sociais, elaborada por Kergoat. Segundo a autora,

as relações sociais são consustanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente. (2009: 99)

A noção de consustancialidade implica que as “as relações sociais são irreduzíveis umas às outras, mas são também comparáveis entre si. Cada uma delas constitui a uma só vez uma relação de dominação simbólica, de opressão física e de exploração material” (2009: 100). A teórica brasileira Heleieth Saffioti –cuja obra está ancorada em uma perspectiva materialista histórica– recorre à ideia de nó para abordar a imbricação entre as contradições de gênero, classe e raça. Para ela, patriarcado, capitalismo e racismo produzem desigualdades que se reforçam mutuamente e se particularizam nos determinados períodos históricos.

A reflexão em termos de relações sociais exige a ênfase na noção de processo: “é indispensável analisar em termos de relações sociais os processos que produzem as categorias de sexo, de classe e de raça”. Este pressuposto remete, por sua vez, à historicidade. O caráter dinâmico das relações sociais é central para a análise. Nessa perspectiva, as relações sociais de classe, de gênero e baseadas na “raça” (dominação

sobre grupos racializados) são “co-formadas” (Falquet, 2008), isto é, produzidas e reproduzidas de maneira inextricável no processo social e histórico. Essas relações não são redutíveis umas às outras, mas se produzem e reproduzem por movimento permanente de imbricação. As relações sociais de sexo, como relação entre grupos sociais, são marcadas por desigualdade de poder, contradição e antagonismo, e não são redutíveis à dimensão das relações intersubjetivas.

Para Kergoat, “o que é importante na noção de relação social –definida pelo antagonismo entre grupos sociais– é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de contradição viva, perpetuamente em via de modificação e de recriação” (Kergoat, 2002: 244). O que a autora coloca –e consideramos relevante– é que se tomarmos em conta apenas as estruturas, isso nos levará a um raciocínio que negaria a possibilidade da existência dos sujeitos, como se os indivíduos agissem somente a partir da ação das forças exteriores. Para ela, é contra a visão solidificada de estrutura social “que se insere o raciocínio em termos de relações sociais (com seu corolário: as práticas sociais): relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes” (Kergoat, 2002: 244).

Essa visão de sistema “dominante” como aquilo que não é “totalmente determinante” constrói uma abertura para entender o movimento de subversão à ordem, que constitui o sujeito, e para enxergar as dinâmicas individuais e coletivas, que formam as tensões e revelam as contradições que engendram a vida social. É uma perspectiva que leva a perceber as novas práticas que agudizam as tensões nas relações sociais e os movimentos que formam os processos de mudança ou de transformação (Ávila, 2010).

Para Saffioti (2004), o processo de dominação só pode se estabelecer em uma relação social. O que implica a presença de, pelo menos, dois sujeitos –e o “sujeito atua sempre”, mesmo quando está situado no polo de dominado (Saffioti, 2004: 118)–. É o movimento de antagonismo que forma as tensões da relação social. Referindo-se à dominação patriarcal, Saffioti afirma que patriarcado não significa ausência total de poder para as mulheres, isto é, a dominação dos homens não é uma totalidade fechada, fixada em uma única forma, mas uma relação de conflito, que nesse contexto está incrustada no processo da sociedade capitalista.

A análise sociológica nessa perspectiva traz como necessidade a reflexão sobre as relações sociais de sexo, raça e classe como constitutivas da realidade social de forma dinâmica, em um movimento

dialético, como contraponto a uma visão de que uma relação social “impacta” ou se “superpõe” a outra ou ainda que formam uma hierarquia. Também se coloca contra uma visão de que estas relações existem de maneira isolada, seccionadas e que se cruzam em momentos, tempos ou situações específicas. O impacto que a mundialização neoliberal, por exemplo, produz sobre as mulheres está diretamente vinculado às relações sociais de sexo, classe e raça, que são constitutivas desse processo. Aquilo que é, em geral, tomado, separadamente, como impactos – a precarização do trabalho das mulheres, a sobrecarga com o trabalho reprodutivo, os fluxos migratórios que constituem verdadeiras rotas contemporâneas e sofrimento e de exploração Norte-Sul – são na verdade as expressões concretas desse processo produzido pela imbricação das relações sociais no contexto de sua reorganização na escala global. Nessa perspectiva, os efeitos sobre as mulheres não podem ser simplesmente “adicionados” à análise; a exploração material do seu trabalho e a apropriação dos seus corpos (Guillaumin, 1978 e 2005; Falquet, 2008) é o que está em disputa nesse processo; suas práticas de resistência locais e globais são as expressões dos antagonismos frente ao capitalismo neoliberal, ao patriarcado, ao racismo.

Além disso, para Pfefferkorn,

o conceito de relação social permite ultrapassar dialeticamente a oposição entre abordagem subjetiva e abordagem objetiva da realidade social e as unilateralidades recíprocas que ela engendra [...] Consequentemente, toda relação social existe ao mesmo tempo no pensamento e fora dele, no ideal e no material, para retomar os termos de Maurice Godelier. (2007: 11)

A articulação entre dimensão objetiva e subjetiva na análise da realidade social na pesquisa feminista está também radicada nas práticas inauguradas pelo movimento, das quais destacamos aqui os grupos de reflexão ou de autoconsciência, desenvolvidas nos anos 1970. O método tinha como objetivo construir, através da troca de experiências, análises coletivas que permitissem uma passagem da questão individual para as vivências coletivas e a partir de aí refletir sobre as estruturas de poder que afetavam a vida das mulheres e não estavam concebidas nem legitimadas como questões políticas nem como problema teórico para a ciência social. Retomaremos esta questão adiante.

Ao considerar a dimensão objetiva e subjetiva, a metodologia de pesquisa feminista está contribuindo para o desvelamento das tensões que indicam as aberturas para os processos de emancipação individual e coletiva. Os sujeitos estão objetivamente inseridos nas relações sociais de sexo, raça e classe, que se traduzem em práticas sociais e condições concretas de vida. A dimensão subjetiva diz respeito aos modos como os(as) dominados(as) vivem (e sentem, e interpretam e

subvertem) a classe, a raça e o gênero (Kergoat, 2012), pois, como afirma Kergoat, os caminhos da emancipação não podem ser antecipados pelos resultados das práticas da pesquisa sociológica e, nem mesmo, da pesquisa sociológica feminista, mas estas podem tornar visíveis as condições, considerando a relação espaço-tempo, nas quais a “potência do agir” pode se materializar concretamente. Ou seja, é preciso através da pesquisa sociológica feminista conhecer as condições concretas de vida dos sujeitos, mas também os movimentos que mobilizam em uma relação dialética indivíduo e coletivo, e as condições em que se torna possível a passagem de uma ação repetitiva do que está dado para a tomada de consciência crítica e a ação questionadora. A atividade de pesquisa busca, nesse sentido, conhecer e dar a ver as resistências forjadas pelos sujeitos no plano das práticas sociais.

É justamente no movimento da vida cotidiana que a experiência de cada sujeito individual, com suas possibilidades e seus limites, está diretamente relacionada e confrontada com a força das estruturas sociais através da dinâmica (e das tensões) das relações sociais.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA UMA PRÁTICA DE PESQUISA

Do ponto de vista metodológico, a noção de vida cotidiana se constitui para nós como um fio condutor para a compreensão dos processos nos quais os sujeitos estão imersos. É um “cenário analítico”, do qual nos fala Torns (2002), em que o cotidiano aparece com todas as suas possibilidades e carências, e as relações sociais e as contradições que as constituem tomam a forma concreta na forma de viver das pessoas.

O estudo que tem a vida cotidiana como referência nos oferece a possibilidade de perceber a relação entre as estruturas e as práticas sociais através das quais elas se reproduzem. Quando trabalhamos a partir da noção de vida cotidiana as tensões que constituem as relações sociais se mostram materializadas nas práticas de trabalho e em outros espaços da sociabilidade.

As proposições do feminismo contemporâneo trazem não só controvérsias no campo da prática política, mas também no campo da produção teórica. Neste sentido, o problema do feminismo situado por Eleni Varikas nos anos setenta, permanece atual. Essa autora, falando sobre feminismo nesse período, afirma o seguinte:

não creio que o problema do feminismo nos anos setenta tenha sido o de subestimar a importância das estruturas e das instituições em favor de uma transformação da vida cotidiana, nem tampouco o de ter-se mantido “alhures” em relação ao sistema político. A força desse movimento residia principalmente na sua insistência sobre o caráter estrutural da dominação que se manifesta nas relações da vida cotidiana, dominação cuja na-

tureza política tinha sido justamente negada. Não se tratava de opor as “mentalidades” às “instituições”, mas muito mais de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e reproduzida por intermédio de poderosas instituições tais como a família, a separação sexuada entre público e privado, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuais do trabalho e do emprego etc. (Varikas, 1996: 69)

Essa forma de colocar a questão corrobora a importância da noção de vida cotidiana como uma das referências teórico-metodológicas que nos permite uma apreensão mais integral das dinâmicas produzidas pelas estruturas de dominação e exploração.

A noção de vida cotidiana nos leva também a considerar as questões metodológicas trazidas pela sociologia de orientação fenomenológica, que ressalta a importância de conhecer o vivido, através das narrativas dos sujeitos as quais devem ser incorporadas como parte do processo de produção de conhecimento. Isto é, analisar a interpretação que os sujeitos têm da sua experiência como fonte de conhecimento do social, isto é como uma fonte para a produção do conhecimento sociológico. Sobre o conceito de experiência recuperamos aqui o que Harding afirma ao tratar sobre o lugar da experiência na produção do conhecimento, a partir da perspectiva feminista situada, e ao propor uma alternativa ao uso tradicional do conceito de experiência nos escritos da ciência como um termo altamente abstrato: a experiência para essa autora “não é o fundamento do conhecimento naquele sentido tradicional, nem é irrelevante para o conhecimento. Ela é relevante de muitas maneiras [...] mas principalmente como geradora de perspectivas críticas” (2005). O vivido que utilizamos aqui em analogia à experiência, é sempre tributário do contexto social e histórico no qual está situado. A análise sociológica sobre o que foi apreendido como narrativa do vivido não pode desconsiderar o sistema ideológico e as condições materiais que constituem os contextos nos quais os sujeitos das narrativas vivem.

Sobre a relação entre o vivido e a construção da práxis feminista que confere importância a relação entre o sujeito individual e a formação do sujeito coletivo, retomamos aqui, a questão dos grupos de reflexão ou de conscientização, como eram chamados, que funcionavam como uma espécie de núcleo básico de organização do movimento feminista contemporâneo e se baseavam na relação entre narrativa da experiência pessoal e análise de contexto sócio-histórico, cuja elaboração coletiva tinha um duplo sentido: a construção de consciência crítica e o fortalecimento da organização através da consolidação dos pertencimentos individuais ao coletivo. Essa prática de origem, continua no entanto, a se mostrar presente nos processos atuais de construção

de coletivos feministas considerando tanto a permanências como as inovações que conformam as dinâmicas contemporâneas do movimento feminista.

Daí surgiram, seguem surgindo, novas questões para a teoria social e para as pautas de pesquisas, que fomentaram e fomentam a construção da teoria social feminista. Uma relevância é dada à dimensão subjetiva, à compreensão da própria experiência do ser no mundo.

O ideal é uma franqueza e confiança, um reconhecimento da experiência alheia, assim como da nossa própria experiência... os grupos de conscientização, como outras formas de políticas, não são mágicos [...] mas ainda fazem parte de um importante processo de aprendizagem e sensibilização. (Rowbotham, 1981: 132)

Não só na prática política feminista, mas também na sua prática educativa, atualmente, a fala dos sujeitos ocupa um lugar importante, a partir da pluralidade das suas experiências concretas e situadas reveladas nas narrativas, e se mantém como uma prática que fortalece a construção do movimento. Para a pesquisa feminista, que adota um método de análise ancorado na perspectiva crítica tributária da tradição materialista –a qual pretende investigar a realidade dos sujeitos e os meios de agir no cotidiano com os processos de resistência e confronto, tanto individuais quanto coletivos– a narrativa das experiências das mulheres deve se constituir em um caminho para o conhecimento.

Uma metodologia ancorada na perspectiva materialista, dialética e situada mostra-se crucial para enfrentar a hegemonia das perspectivas que reduzem a produção do conhecimento sobre a realidade social à manipulação de variáveis estatísticas, sob a lógica do formalismo positivista, também em ascensão, nas quais igualmente desaparecem as contradições e os sujeitos, os mecanismos em que a dominação –exploração se produz, as práticas individuais e coletivas de resistência e as práticas de pesquisa desenvolvidas pelo movimento e organizações a ele vinculadas– ao instituir uma nova tecnocracia que reforça a marginalização das mulheres e emudece suas vozes. Ademais, que reduz os debates sobre aportes e metodologias de pesquisa a um debate tecnicista e operativo, que suprime o debate teórico e conceitual e as tensões que o caracterizam, profundamente vinculadas à movimentação e à reestruturação permanente do movimento feminista.

Os estudos qualitativos são uma base importante para uma abordagem dialética da realidade, como um caminho que permite conhecer as percepções dos sujeitos e as condições materiais e, a partir de aí,

poder analisá-las levando em consideração as tensões que constituem as relações sociais (Kergoat, 1986). Nesse sentido, consideramos que a metodologia de pesquisa qualitativa ocupa um lugar estratégico, uma vez que possibilita uma prospeção no cotidiano para o conhecimento de práticas sociais a partir das quais se pode estabelecer a relação entre as macroestruturas e os microprocessos. Os estudos qualitativos permitem, também, encontrar as diferenças presentes em um contexto social em relação aos padrões dados como universais. As metodologias de pesquisa qualitativas não se constituem como um contraponto às metodologias quantitativas, e tampouco como um complemento. Podem ser associadas, ou métodos distintos; o que nos parece fundamental é dentro de qual perspectiva teórica se constroem essas metodologias.

Um dos desafios do feminismo no contexto atual é certamente o de expandir a capacidade de uma produção do conhecimento criativa que ofereça permanentemente a sustentação de um projeto político emancipatório para mulheres e para a transformação social, e que contribua para o fortalecimento de perspectivas teóricas e metodológicas críticas que foram amplamente combatidas e deslegitimadas pela hegemonia do pensamento neoliberal. Nesse sentido, o fortalecimento de uma abordagem feminista situada e materialista nos parece ser uma tarefa histórica nesse movimento dialético da práxis do feminismo.

BIBLIOGRAFIA

- Ávila, Maria Betânia 2007 “Uma abordagem feminista sobre os problemas para o estudo de gênero” em Weber, Silke y Leithäuser, Thomas *Métodos qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social* (Recife: Ed. Universitária da UFPE).
- Ávila, Maria Betânia 2010 *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência* (Recife: Editora Universitária UFPE).
- Canavae, Doris Lamus 2009 *Localización geohistórica de los feminismos latino-americanos*. (Colombia: Mímeo).
- Carneiro, Sueli 2005 “Ennegrecer al feminismo: La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género” em *Nouvelles Questions Féministes. Feminismos dissidentes em América Latina y el Caribe* Vol. 24, N° 2.
- Collin, Françoise 1988 “Ces études qui sont ‘pas tout’. Fecondité et limites des études féministes” em *Les Cahiers du Griff* (Paris: Centre National des Lettres, Printemps, Éditions Tiercep) N° 90, pp. 81-93.

- Delphy, Christine Maio de 2004 “Para redescobrir o feminismo” em *Le Monde Diplomatique Brasil* Vozes da Resistência em <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1158>> acesso el 10 de septiembre de 2014.
- Falquet, Jules 2008 “Repensar as relações sociais de sexo, classe e ‘raça’ na globalização neoliberal” in *Mediações* Vol. 13, N° 1-2, pp. 121-142.
- Guillaumin, Colette 2005 “Práctica del poder y idea de Naturaleza” en Curiel, Ochy & Falquet, Jules (comps.) *El Patriarcado al Desnudo. Três feministas materialistas* (Buenos Aires: Brecha Lésbica).
- Harding, Sandra 2009 *Começando por Vidas Marginalizadas: uma conversa com Sandra Harding* em <http://quecazzo.blogspot.com.br/2009/12/comecando-por-vidas-marginalizadas-uma_20.html> acesso el 12 de septiembre de 2014.
- Kergoat, Danièle 1986 “Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação” en Kartchevsky-Bulport, André *O Sexo do Trabalho* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Kergoat, Danièle 2009 “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” en Hirata, Helena ; Le Doaré, Hélène & Senotier, Daniele (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo* (São Paulo: Editora UNESP) pp. 67-75.
- Kergoat, Danièle Mar. 2010 “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais” in *Novos estud.-CEBRAP* (São Paulo) N° 86, em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso> acesso el 5 de agosto de 2014.
- Kergoat, Danièle 2012 *Se battre, disent-elles...* (Paris: La dispute).
- Pfefferkorn, Roland 2007 *Inégalités et rapports sociaux. Rapports de classes, rapports de sexe* (Paris: La Dispute).
- Rowbotham, Sheila 1981 “O Movimento de Mulheres e a Organização para o Socialismo” en *Além dos Fragmentos* (Wainwright, São Paulo: Editora Brasiliense).
- Saffioti, Heleieth I.B. 2004 *Gênero, patriarcado, violência* (São Paulo: Editora Perseu Abramo).
- Sorj, Bila 1992 “O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade” en Costa, Albertina & Bruschini, Maria Cristina *Uma Questão de Gênero* (Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos) pp. 15-23.

- Torns, Teresa 2002 “El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad” en Carrasco, M. Cristina *Tiempos, trabajos y género* (Barcelona: Publicacions y Ediciones UB).
- Varikas, Eleni 1996 “Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos” en *Estudos Feministas* (Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ) N° 1/96.

